

PROGRAMA TRANSPARÊNCIA PAULISTA

Conselho da Transparência – 27/09/2017

Ouvidoria Geral do Estado



PROGRAMA TRANSPARÊNCIA PAULISTA

CENÁRIO EM 2013

➤ Pesquisa SEADE e TCE/SP: 68% dos municípios com até 50.000 habitantes não possuíam portal da transparência.

E poucos municípios haviam regulamentado a Lei de Acesso à Informação.



PROGRAMA TRANSPARÊNCIA PAULISTA

Criação do
Programa

Atividades
Desenvolvidas

Situação Atual
e
Considerações



Criação do Programa

- Lei Complementar 131/2009 – normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade fiscal (acrécimo à LC 101/2000)
- Decreto 59.161/2013 – Plano de Fomento à Transparência Municipal
 - Prazo para municípios atenderem exigências da lei federal: maio/2013
 - Objetivo de dar suporte e conhecimento no início do processo de exigência federal
 - Disponibilização aos municípios, preferencialmente com até 50.000 habitantes, de um site semelhante ao Portal de Transparência do Estado.

Criação do Programa

- Decreto 59.161/2013 – Plano de Fomento à Transparência Municipal
 - Necessária adesão do município (assinatura de convênio)
 - Capacitação e treinamento dos agentes públicos
 - Coordenação inicial da Corregedoria Geral da Administração e transferência posterior à Ouvidoria Geral do Estado
 - Participação de outros órgãos: Arquivo Público do Estado, Casa Civil, Conselho da Transparência, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Gestão Pública, Secretaria da Fazenda, PRODESP, CEPAM, FUNDAP, SEADE. Apoio do TCE.

Atividades Desenvolvidas

O Programa teve como foco a mudança do cenário inicial, sendo o começo do processo de publicação em transparência ativa, exigido em todos os municípios.

O objetivo do Programa é ceder aos Municípios, por meio de convênio, um Portal em ambiente web semelhante ao Portal da Transparência e o sistema eletrônico para Serviço de Informações ao Cidadão – SIC municipal.

Este Portal teria interação com as informações do TCE/SP e Secretaria da Fazenda.

Atividades Desenvolvidas

Passo a passo para adesão ao programa:

- Preenchimento da ficha de adesão online
 - Assinatura de convênio – Estado e Município e intervenção da Secretaria de Planejamento e PRODESP
 - Capacitar e treinar os agentes públicos por meio de 17 encontros regionais (Regiões Administrativas) e;
 - Videoconferências (4): Lei da Transparência e funcionalidades do Portal da Transparência Municipal; Lei de Acesso à Informação; SIC e ouvidorias; Gestão Documental.
- ☐ Atualmente há 18 municípios que possuem o contrato de manutenção com a PRODESP.

Situação Atual e Considerações

- Ranking da Transparência do MPF – 2016. Item “o ente possui informações sobre Transparência na internet?”
 - ✓ 626 municípios paulistas foram avaliados positivamente.Apenas 3% ainda não têm estas informações na internet
- Segundo pesquisa do Centro de Assistência aos Municípios – Arquivo Público do Estado - 2017: 233 prefeituras paulistas regulamentaram a LAI (36%).

OBRIGADA

